



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000282565**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2058040-67.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que são agravantes JUDITH ALVES DA SILVA e ADAILTON DOS SANTOS ROSA, são agravados TÂNIA MARIA GOMES (SUCESSOR(A)) e DURVAL SILVA (SUCEDIDO(A)).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JAIR DE SOUZA (Presidente) E ANGELA MORENO PACHECO DE REZENDE LOPES.

São Paulo, 25 de março de 2025.

**JOSÉ APARÍCIO COELHO PRADO NETO**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2058040-67.2025.8.26.0000

AGRAVANTES: JUDITH ALVES DA SILVA e ADAILTON DOS SANTOS  
ROSA

AGRAVADOS: TÂNIA MARIA GOMES e DURVAL SILVA

JUÍZA: NATALIA CRISTINA TORRES ANTONIO

**VOTO Nº 38.122**

***AGRAVO DE INSTRUMENTO** – Ação de Usucapião – Decisão que indeferiu os benefícios da justiça gratuita aos autores - Inconformismo – Não acolhimento – Declaração firmada nos autos que não gera presunção absoluta da condição de pobreza – Não apresentação de documentos capazes de comprovar a alegada incapacidade financeira – Recurso desprovido.*

**Vistos.**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão proferida pela MM. Juíza da 2ª Vara de Registros Públicos do Foro Central da Comarca da Capital, em Ação de Usucapião proposta por JUDITH ALVES DA SILVA e ADAILTON DOS SANTOS ROSA contra TÂNIA MARIA GOMES e DURVAL SILVA, que indeferiu os benefícios da Justiça Gratuita aos autores, determinando o recolhimento das custas iniciais.

Em suas razões recursais, sustentam os agravantes que fazem jus à concessão do benefício da Assistência Judiciária, pois o valor das custas iniciais é elevado e consumiria a integralidade da renda mensal familiar.

Indeferido o efeito suspensivo pleiteado, os agravados não apresentaram contraminuta.

**É o breve relatório do necessário.**

O recurso não comporta provimento.

Embora o artigo 99, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil estabeleça que a parte gozará dos benefícios da gratuidade da justiça, mediante simples afirmação, também é certo que havendo elementos capazes de eliminar a presunção de pobreza gerada por dita afirmação, o magistrado pode indeferir de plano tais benefícios, como prevê o parágrafo 2º, do mesmo dispositivo legal.

Assim, pode exigir o magistrado a apresentação de documentos que comprovem a alegação de “insuficiência financeira”, o que, ademais, encontra fundamento no que preceitua o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal (“o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”).

Sobre o tema, oportuno transcrever o entendimento esposado pelo eminente Desembargador Marcondes D'Angelo, com assento na 25ª Câmara de Direito Privado desta Egrégia Corte, no julgamento do Agravo de Instrumento nº 2065994-87.2013.8.26.0000:

*“A pura e simples declaração dos interessados, conquanto seja o único entrave burocrático que se exige, não é prova inequívoca daquilo que se afirma, nem obriga o juiz a se curvar aos seus dizeres se de outras provas ou circunstâncias ficar evidenciado que o conceito de pobreza que a parte invoca não é aquele que justifica a concessão do privilégio. Cabe ao magistrado, livremente, fazer juízo de valor acerca do conceito do termo pobreza, deferindo ou*

*não o benefício.*

*"Necessitado para os fins legais" vem conceituado pelo próprio texto da lei especial, ao dizer que deve ser considerado "todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família".*

*Não obstante a lei diga que a parte gozará dos benefícios da gratuidade, mediante a simples afirmação (artigo 4º, Lei nº 1060/50), é lícito ao magistrado vincular a concessão do benefício à comprovação de que o requerente não tem condições de suportar os ônus sucumbenciais.*

*Embora a lei não exija a miserabilidade como requisito concessivo do benefício, o juiz da causa, valendo-se de critérios objetivos, pode entender que a natureza da ação movida demonstra que o requerente possui porte econômico para suportar as despesas do processo." (julgado em 30.01.2014).*

Assim colocada a questão, há que se manter a decisão agravada, visto que os agravantes deixaram de comprovar a hipossuficiência declarada e a consequente necessidade da concessão do benefício pleiteado.

Com efeito, embora insistam na alegação de que são pobres na acepção jurídica do termo, depreende-se dos autos que auferem renda mensal de aproximadamente R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e não comprovaram o pagamento de despesas ordinárias que, eventualmente, pudessem comprometer de

forma substancial a renda mensal informada. Tais circunstâncias demonstram higidez econômica incompatível com a situação de hipossuficiência necessária para a concessão do benefício em comento.

Amparando a decisão agravada, colhe-se o seguinte julgado prolatado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça:

**“PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ART. 4º DA LEI 1.060/50. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO NO CASO CONCRETO. 1. A norma contida no art. 4º da Lei 1.060/50, que prevê o benefício da Assistência Judiciária mediante simples afirmação, veicula presunção juris tantum em favor da parte que faz o requerimento, e não direito absoluto, podendo ser indeferido o pedido caso o magistrado se convença de que não se trata de hipossuficiente. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.”** (AgRg no Ag 915919/RJ, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias [Juiz convocado do TRF 1ª Região], Segunda Turma, julgado em 11/03/2008, DJe 31/03/2008).

O julgado a seguir transcrito, deste Egrégio Tribunal de Justiça, também dá amparo à decisão agravada:

**“Justiça Gratuita Indeferimento Hipossuficiência não caracterizada. 1. O benefício da gratuidade processual deve ser deferido àqueles que realmente necessitam. 2.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Ausente documento apto que comprove a atual  
incapacidade financeira do autor. Recurso não provido,  
com determinação.”** (Agravado de Instrumento nº  
0015659-69.2011.8.26.0000, Rel. Des. Andrade Marques, j.  
17.02.11).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

JOSÉ APARÍCIO COELHO PRADO NETO

Relator